

# TRADIÇÕES, IDENTIDADES E INDEFINIÇÕES DO PODER PÚBLICO: A TRAMA DE TENSÕES EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Ariane Cristina Brughara<sup>1</sup>*

*Eliana Gonçalves<sup>2</sup>*

*Priscila Maia de Oliveira<sup>3</sup>*

*Thauana Paiva de Souza Gomes<sup>4</sup>*

*Larissa Chrispim<sup>5</sup>*

**Resumo:** As comunidades quilombolas, constituídas ao longo de séculos, estabeleceram formas de organização social e produtiva, muito peculiares ao seu grupo populacional. Trata-se de grupos sociais ligados por laços de parentesco que, como forma de resistência e sobrevivência, ao longo de gerações, fortaleceram um modo de vida baseado na coletividade e na relação com a terra. O acesso a terra se coloca como o principal elemento para a reprodução da vida material e imaterial de tais grupos. Ainda assim, o processo de regularização dos territórios quilombolas do Estado de São Paulo, embora garantido por legislações estadual e federal, enfrenta sérios limites. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir os conflitos territoriais que envolvem tais comunidades e a interface estabelecida com o desenvolvimento das mesmas, abordando as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais imbricadas nestas realidades.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ.

<sup>2</sup>Pesquisadora do contrato INCRA/UNIARA.

<sup>3</sup>Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

<sup>4</sup>Mestre em Educação Escolar – UNESP, Pesquisadora do Nupedor.

<sup>5</sup>Graduanda em Medicina – UNIARA.

**Palavras-chave:** Quilombos; Políticas públicas; Territorialidade; Ambiente; Desenvolvimento.

***Abstract:** The Quilombo Communities, formed over centuries, established forms of social and productive organization, its a peculiar population. These are social groups linked by kinship, as a form of resistance and survival over generations, strengthened a way of life based on community and relationship with the land. Access to land is forward as the main element for the reproduction of the material and immaterial life of such groups. Still, the process of settlement of territories in the State of São Paulo, although guaranteed by state and federal laws, faces serious limitations. Accordingly, this article aims to discuss territorial disputes involving such communities and the interface established with their development, addressing the social, cultural, economic and environmental realities in these intertwined.*

**Keywords:** Quilombo; Public policy; Territoriality; Environment; Development.

## **Apresentação**

O presente artigo é fruto do intenso trabalho investigativo e de compreensão da trama de tensões que envolve as comunidades quilombolas do Estado de São Paulo e tem como objetivo discutir os conflitos territoriais que envolvem tais comunidades e a interface estabelecida com o desenvolvimento das mesmas, abordando as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais imbricadas nesta realidade.

Por fim, vale ressaltar que a pesquisa realizada em dezoito comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, diferentemente da pesquisa realizada nos assentamentos, buscou apontar quais políticas públicas aquelas comunidades acessaram e como, sem, no entanto, aferir qualidade ou quantificá-las.

## **As diferenças nos caminhos metodológicos**

A pesquisa buscou identificar, com base em questionários elaborados pela equipe de pesquisa de campo do contrato, as políticas públicas existentes nas comunidades quilombolas, as demandas de políticas públicas existentes ou para elaboração de modo que fossem identificadas como prioritárias e, com isso, pensar possíveis capacitações e ações que contribuam com o desenvolvimento

dessas comunidades.

As comunidades quilombolas, constituídas ao longo de séculos, estabeleceram formas de organização social e produtiva, muito peculiares ao seu grupo populacional. Trata-se de grupos sociais ligados por laços de parentesco ou não que, como forma de resistência e sobrevivência, ao longo de gerações fortaleceram um modo de vida baseado na coletividade e na relação com a terra. O acesso à terra se coloca como o principal elemento para a reprodução da vida material de tais grupos, que compreende as dimensões social, cultural-religiosa, produtiva e econômica.

Diferentemente dos assentados da Reforma Agrária, grupo social formado por camponeses expropriados ou seus descendentes (em alguns casos desempregados urbanos), cujo modo de vida já fora erodido e buscam no acesso à terra a possibilidade de reconstruírem sua identidade e re-significarem suas vidas; os quilombolas lutam pela permanência na terra como forma de manterem os traços preservados de uma identidade secular, bem como resgatar aqueles hábitos já perdidos.

A pesquisa nas comunidades remanescentes de quilombos foi orientada a partir dos processos metodológicos definidos pela coordenação do projeto e equipe de pesquisa da região dos quilombos, e foi organizada em duas etapas: na primeira etapa, através de idas a campo e pesquisa documental, a equipe buscou levantar informações que pudessem contribuir para a maior compreensão do tema em questão e uma breve caracterização das comunidades, sobretudo aquelas situadas na região do Vale do Ribeira, região com maior concentração de comunidades quilombolas; a segunda etapa teve como objetivo principal a ida a campo, para aplicação de questionários junto às famílias e lideranças, nas três regiões do estado - Vale do Ribeira, Sudoeste (Campinas-Sorocaba) e Litoral Norte (Vale do Paraíba) do estado de São Paulo.

A metodologia inicialmente definida para a pesquisa de campo nas comunidades quilombolas considerou o grupo de lideranças e o grupo de famílias. Desta feita, fora elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas aplicados junto às famílias. E com uma questão geradora – *Conte sobre a história da comunidade, considerando as dimensões sociais, culturais, econômicas e político-organizativas* foi direcionada ao grupo de lideranças.

Os dois instrumentos metodológicos primaram pelo objetivo central da pesquisa, ou seja, o de levantar informações que subsidiassem a análise das políticas públicas implementadas recentemente pela SR-08/INCRA/SP e outras não vinculadas ao INCRA. Para cumprir com tal objetivo foram definidos seis

grandes eixos para organização das questões a serem analisadas, sendo eles: cidadania; produção, autoconsumo, renda; meio ambiente; políticas públicas; infra-estrutura e sociabilidade.

✓ Cidadania: neste eixo pretendeu-se levantar informações acerca dos aspectos socioeconômicos das famílias quilombolas que contribuíssem para a mensuração da qualidade de vida, de forma digna.

✓ Produção, autoconsumo e renda: neste eixo pretendeu-se levantar informações acerca dos sistemas produtivos, formas cooperativas, formas de comercialização que contribuíssem para a compreensão dos aspectos produtivos, econômicos, bem como da condição de segurança alimentar das famílias quilombolas.

✓ Meio Ambiente: neste eixo pretendeu-se levantar informações acerca das condições de uso e conservação dos recursos naturais.

✓ Políticas públicas: neste eixo pretendeu-se levantar informações acerca das políticas públicas específicas para as comunidades quilombolas implementadas ou não pelo INCRA.

✓ Infra-estrutura: neste eixo pretendeu-se levantar informações acerca do acesso aos direitos sociais como, por exemplo, educação e saúde, bem como as estruturas básicas, sem as quais o desenvolvimento da comunidade fica comprometido.

✓ Sociabilidade: neste eixo pretendemos levantar informações acerca da organização social, política e cultural da comunidade.

Cabe ressaltar que, tais eixos orientaram as pesquisas desenvolvidas tanto nas comunidades quilombolas, quanto nos assentamentos de reforma agrária.

Para a definição da amostra para a pesquisa de campo, a equipe considerou as informações levantadas junto à SR-08/INCRA-SP acerca das comunidades em processo de reconhecimento e/ou titulação de todo o estado de São Paulo.

Inicialmente, a definição das comunidades se deu aleatoriamente. O número total de questionários - 50 (cinquenta), como mostra a tabela abaixo, fora definido estatisticamente, e considerou a amostragem total da pesquisa (áreas de assentamentos e comunidades quilombolas). Compreendemos que o trabalho investigativo que seria realizado no campo com as comunidades quilombolas seria uma sondagem, uma vez que nem todas as comunidades selecionadas aleatoriamente, apresentavam dados sobre o número de famílias, fato que invalidava o caráter estatístico da amostra.

**Tabela 1** – Amostra inicial das comunidades quilombolas a ser contemplada pela pesquisa de campo.

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Nº de questionários</b>
Joaquim José Camargo	Votorantim	02
Joaquim José Camargo	Salto do Pirapora	02
Abobral	Eldorado	02
União dos Morros	Ubatuba	02
Cafundó	Salto do Pirapora	03
Mandira	Cananéia	03
Pedro Cubas de Cima	Eldorado	03
Pedro Cubas	Eldorado	03
São Pedro	Eldorado/Iporanga	03
Jaó	Itapeva	04
Pilões	Iporanga	04
Caçandoca	Ubatuba	04
Sapatú	Eldorado	05
Ivaporunduva	Eldorado	05
Nhungara	Eldorado/Iporanga	05
Total		50

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

### **Passo a passo, mudanças nas escolhas metodológicas**

A primeira comunidade visitada pela equipe de pesquisa foi Ivaporunduva, onde se deu a aplicação dos questionários-teste. Neste sentido, a primeira visita, reorientou as diretrizes e a metodologia da pesquisa.

Ficou evidente para a equipe que as lideranças dominavam a história da comunidade e eram capazes de informar qualitativamente as conquistas e demandas da comunidade. Na parte da tarde, foram aplicados dois questionários junto às famílias. Com tal instrumento, a equipe buscou aprofundar as informações apontadas pelas lideranças, bem como investigar o impacto do conjunto de políticas na vida familiar.

Após a aplicação dos questionários junto às famílias, a equipe percebeu que

tal instrumento não se aplicava à realidade das comunidades quilombolas. Dentre as questões consideradas para tal conclusão, podemos ressaltar o fato de que o questionário se apoiava nas peculiaridades/individualidades de cada família, o que contraria a realidade dessas comunidades, uma vez que a coletividade é inerente a sua existência; e, sobretudo, o fato de que o maior enfoque dado no questionário repousava sobre questões voltadas para o desenvolvimento das comunidades, reduzindo o que para elas (famílias) se coloca como fundamental – o debate sobre a regularização fundiária. Nesse último aspecto, muitas informações foram levantadas acerca da situação das comunidades quilombolas do estado de São Paulo, o que nos alertou para o fato de que a situação fundiária das comunidades seria um elemento crucial a ser considerado na definição amostral.

Embora a equipe tenha realizado leitura de bibliografias específicas e pesquisa documental acerca do tema Quilombos, tal iniciativa foi insuficiente para que os conhecimentos adquiridos se sobrepujassem à influência da percepção que a equipe tem sobre os assentamentos (conferida por anos de experiência com pesquisa e trabalho de campo).

Consensualmente, se concluiu que seria equivocado manter a aplicação dos questionários, uma vez que estes mascaravam a realidade concreta, a partir da distorção das informações (questões quantitativas), pois ao respondê-lo, as famílias ficavam confusas com o que era referente ao seu núcleo familiar e o que era referente ao coletivo (comunidade). A título de exemplo, as comunidades têm dificuldade de mensurar a produção individual (da família) e a produção coletiva (do núcleo familiar ampliado), por haverem mutirões de plantio e de colheita.

Desta feita, a equipe elaborou um roteiro semi-estruturado para orientar as conversas a serem realizadas nas comunidades seguintes, bem como redefiniu o público-alvo para tais conversas, que passou a abranger as lideranças e famílias, em um mesmo momento. O roteiro seguiu contemplando os eixos orientadores da pesquisa.

O universo amostral, como mencionado anteriormente, também foi redefinido, como pode ser observado na tabela abaixo, de acordo com critérios construídos a partir da aplicação do questionário-teste, sendo eles: titulação do território e registro em cartório; somente a titulação do território; reconhecimento do grupo populacional e delimitação do território; reconhecimento do grupo populacional e não delimitação do território; aguardo para reconhecimento; e comunidades urbanas e rurais.

**Tabela 2** – Amostra definitiva da pesquisa de campo.

<b>Comunidade</b>	<b>Região</b>
Caçandoca	Litoral Norte
Caçandoquinha	Litoral Norte
Fazenda	Litoral Norte
Cambury	Litoral Norte
Pilar do Sul	Sorocaba-Campinas
Jaó	Sorocaba-Campinas
Brotas	Sorocaba-Campinas
Cafundó	Sorocaba-Campinas
Mandira	Vale do Ribeira
Pedro Cubas de Cima	Vale do Ribeira
Pedro Cubas	Vale do Ribeira
São Pedro	Vale do Ribeira
Porto Velho	Vale do Ribeira
Pilões	Vale do Ribeira
André Lopes	Vale do Ribeira
Sapatú	Vale do Ribeira
Ivaporunduva	Vale do Ribeira
Nhungara	Vale do Ribeira

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Por respeito à organização interna das comunidades, a equipe antecipadamente contatou as referências político/organizativas das comunidades para agendar as conversas, que por sua vez mobilizavam outros membros das comunidades.

A partir de então, as visitas às comunidades Pilões, São Pedro e Sapatú seguiram tais procedimentos metodológicos.

Embora o número total de comunidades quilombolas do Estado de São Paulo seja bastante controverso, a equipe de pesquisa considerou as informações apontadas pelo INCRA, ITESP e pela Fundação Cultural Palmares, que cruzadas

apontam um total de 64 comunidades quilombolas. Desse total de comunidades consideradas, dezoito foram contempladas pela pesquisa de campo, representando 28% do total.

Os resultados que seguem são frutos dos esforços e trabalho coletivo entre as equipes de pesquisa, gênero, assessoria e informação e membros das comunidades quilombolas que, por horas, nos acompanharam pelas suas comunidades, compartilhando conosco a preciosidade do conhecimento e da história construídos ao longo de gerações. Tais informações/conhecimentos foram registrados pela equipe a partir de fotografias e diários de campo, que por sua riqueza e completude, nos permite apresentar informações qualitativas e algumas quantitativas acerca do processo de desenvolvimento das comunidades quilombolas.

A equipe fez cinco idas a campo e realizou 19 visitas, desse modo, foi possível abarcar a diversidade de realidades presentes nas três regiões do estado de São Paulo, manifestadas nas comunidades: Ivaporunduva, São Pedro, Pilões, Sapatu, André Lopes, Porto Velho, Nhunguara, Mandira, Pedro Cubas de Cima e Pedro Cubas de Baixo (dividida assim por causa de sua extensão: 10.725ha); no Vale do Ribeira. Cafundó, Brotas, Jaó e Pilar do Sul (Sudoeste Paulista). Caçandoca e Caçandoquinha (esta última com duas representações), Fazenda e Cambury (Litoral Norte - Vale do Paraíba).

### **Conceituação de Quilombo: entre divergências e indefinições**

A expressão Quilombo significa no dicionário Aurélio "lugar de escravos fugidos"; no dicionário Houaiss "local escondido, no mato, onde se abrigavam escravos fugidos", e no mesmo dicionário, a expressão comunidade significa "Conjunto de indivíduos organizados num todo ou que manifestam, geralmente de maneira consciente, algum traço de união. População que vive num dado lugar ou região, geralmente ligada por interesses comuns". Ainda, neste mesmo dicionário, encontramos a seguinte definição para Quilombo "Povoação fortificada de negros fugidos do cativoiro, dotada de divisões e organização interna".

Por outro lado, depois de muitos estudos sobre o tema, alguns antropólogos e historiadores discordam um pouco da definição de que Quilombo é, também, local constituído somente de negros fugidos do cativoiro, ressaltam que muitas comunidades foram formadas pelos negros que ficaram na propriedade em que trabalhavam.

Alfredo Wagner (2003) lista algumas situações como, por exemplo, doações; falências dos fazendeiros; heranças; que quebram um pouco a ideia de que só há

quilombo em terra pública. Neste mesmo artigo, o professor faz uma observação muito interessante em que coloca que, em muitos casos, quem saiu das terras foi o grande proprietário.

As definições de quilombos, ou de Terra de Quilombos, normalmente são atribuídas à "política de repressão oficial"<sup>6</sup> e das leituras feitas a partir desta, ou seja, a definição formal, que permanece muitas vezes até hoje, remonta ao século VXIII<sup>7</sup> é carregada de equívocos e é impregnada da visão da elite dominante. Alfredo Wagner ensina que, contrapondo-se a ideia de isolamento geográfico, as comunidades sempre estabeleceram uma intensa interação com as sociedades locais. Motivo esse que garante a configuração social e o próprio modo de vida dessas populações.

Andrade e Treccani<sup>8</sup> evidenciam que a caracterização de quilombo seria muito mais a transição da condição de escravo para a de camponês livre ao invés da forma que isso tenha acontecido (fuga, negociação, herança, etc...), ou seja, é uma qualidade de organização social e não apenas um traçado unidirecional do passado. Associada a essas definições, outros autores ainda destacam os aspectos históricos de resistência e autonomia (ZAMBROTTI, 1996, 101). Ou seja, a resistência passa a ser considerada como uma forma de parentesco e de trabalho na terra.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana – que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias<sup>9</sup>. O Governo Federal estima que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas (segundo a CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais existem cerca de cinco mil comunidades) e dessas, cerca de sessenta estão localizadas no Estado de São Paulo.

---

<sup>6</sup>Para maior aprofundamento ver LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização?. Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Antropologia Social. Ano5, n.10, mai. de 1999, p.123-150.

<sup>7</sup>ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica**. Texto apresentado no encontro da Associação Brasileira de Antropologia. Mimeo, 1998, p.14.

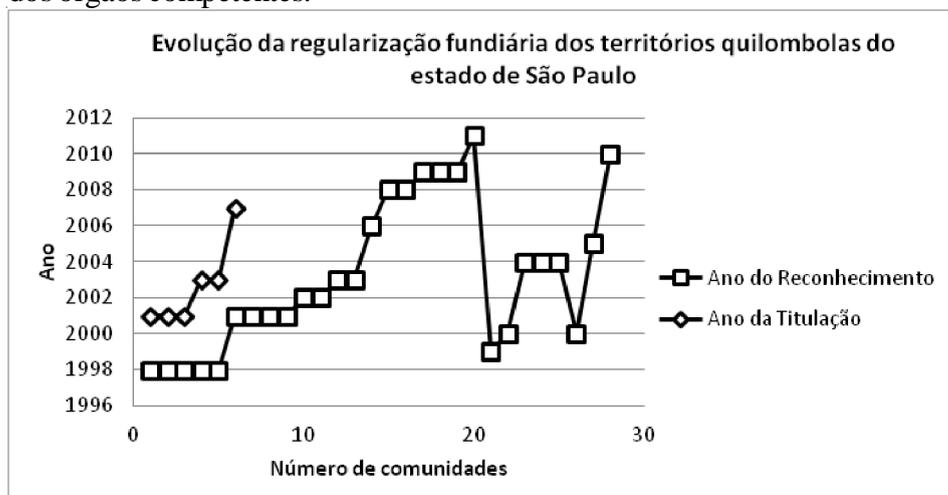
<sup>8</sup>ANDRADE, Lúcia; TRECCANI, Girolamo. Terra de Quilombo. Mimeo. jan. de 1999, p.47

<sup>9</sup>Conceituação utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Disponível em: <(http://www.incra.gov.br ). Acessado em 13 de agosto de 2011.

Embora essas comunidades estejam formadas (e territorializadas) marginalmente há pelo menos cem anos, o reconhecimento enquanto grupo étnico e o direito à titulação das terras, pelos mesmos ocupadas, somente passa a ser instituído em 1988, quando da promulgação da atual Constituição, pelo Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Portanto, a identificação de "remanescentes de quilombolas" é composta de múltiplos elementos, por isso não deve ser limitada aos direitos que o reconhecimento e titulação oficiais possam conferir, ou muito menos aos padrões comportamentais estabelecidos pela academia e/ou pela normatização do Estado.

Vale destacar ainda que, o processo de regularização dos territórios quilombolas do Estado de São Paulo, embora garantido por legislações estadual e federal, ainda enfrenta sérios limites. No Gráfico 01, é possível perceber que ao longo de treze anos (1998 a 2011) das sessenta e quatro comunidades existentes, vinte e oito foram reconhecidas e tiveram suas terras delimitadas, das quais apenas seis foram tituladas (e somente uma registrada em cartório). Das trinta e seis comunidades restantes, nove estão em fase de reconhecimento (elaboração do Relatório Técnico ou definição da área), vinte e três no aguardo, após solicitação de reconhecimento, e quatro possuem o certificado de autodefinição, concedido pela Fundação Cultural Palmares, mas ainda não solicitaram abertura de processo administrativo para reconhecimento em nenhum dos órgãos competentes.



**Gráfico 1** – Evolução da regularização fundiária dos territórios quilombolas do estado de São Paulo.

**Fonte:** ITESP, 2011.

## **Caracterização dos territórios quilombolas do estado de São Paulo: um resgate de diversidade**

As comunidades negras constituíram-se durante o período de escravidão a partir da mineração do ouro, do plantio do café e/ou do arroz, a partir do tráfico negreiro, entre outras formas de exploração. Durante anos, permaneceram localizadas em áreas de difícil acesso, e quando da abertura de rodovias, a partir das políticas públicas de desenvolvimento rural nas décadas de 1960 a 1980, tais territórios passaram a ser muito valorizados, aumentando assim, o interesse do capital. Nesse período, grandes proprietários de terras passam a investir nesses territórios, bem como são criadas a maioria das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.

### **Vale do Ribeira: sua tradição histórica**

A região do Vale do Ribeira apresenta inúmeros sítios arqueológicos, o que comprova a existência humana antes da chegada dos portugueses em 1500. Segundo estudos<sup>10</sup>, a região que hoje concentra os territórios quilombolas no Vale do Ribeira servia de passagem dos ameríndios vindos do planalto em sentido ao litoral.



**Figura 1** – Comunidade Pilões. É comum acharem flechas no local que comprova a passagem de índios antes da chegada dos negros.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

---

<sup>10</sup>ANGÊLO; SAMPAIO (1995) apud **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Instituto Socioambiental, 2008.

De acordo com Carril<sup>11</sup> no século XVI se iniciaram as bandeiras da mineração partindo do litoral sul em direção ao interior do Vale do Ribeira e levavam consigo índios e negros escravizados. Desse modo, a região foi colonizada por europeus e mantinham a economia extrativista e agrícola na região, utilizando também a mão-de-obra escrava negra e indígena.

A primeira atividade econômica do Vale do Ribeira também se utilizava de trabalho escravo negro na qual era feita a exploração do ouro às margens do Rio Ribeira do Iguape. A primeira cidade fundada na região foi Iporanga, em 1576, no chamado "Médio Vale". Ainda durante o ciclo do ouro, formou-se a cidade de "Xiririca", atual município de Eldorado que recebeu esse nome em 1948, em referência ao período da mineração do ouro. Ao final desse ciclo, muitos negros ocuparam terras aos redores e desenvolveram a agricultura para subsistência e também de mercado local e regional, conforme corroborado nessa passagem:

Um exemplo disso é o arroz, cujo ciclo teve início no final do século XVII, e foi intensamente comercializado para outras províncias no Brasil Império até meados do século XIX. Dessa maneira, os negros se transformaram em pequenos agricultores, e muitos se fixaram mata adentro na região, dando origem às comunidades negras da região<sup>12</sup>.

Não coincidentemente essa é a região que abriga o maior número de comunidades quilombolas do estado de São Paulo, cerca de 30. O Vale do Ribeira apresenta grande diversidade cultural e também de comunidades tradicionais tais como indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores, ribeirinhos, pequenos produtores, etc. Exatamente por existir tantas comunidades, essa região concentra a maior área contínua de Mata Atlântica do estado.

Segundo dados coletados nas entrevistas e em outros materiais de pesquisa, a ocupação predominante das áreas quilombolas se deu a partir da comunidade de Ivaporunduva, depois da alforria e abandono da mão-de-obra escrava da mineradora que explorava ouro. Ao final do século XVII, a mineradora doou

---

<sup>11</sup>CARRIL, Lourdes de Fátima B. 1995. Terras de negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

<sup>12</sup>**Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.** Editores: Kátia M. Pacheco dos Santos; Nilton Tatto. Instituto Socioambiental, 2008.

terras à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e lá se conformou um dos primeiros povoamentos de negros do Vale do Ribeira. Esse local ficou conhecido como "lugar de negros"<sup>13</sup> na região durante os séculos XVIII e XIX, e são nessas terras que se concentram "o maior número de registro de terras ocupadas por negros identificados como "livres" ou "libertos" na década de 50 do século passado"<sup>14</sup>.

Entrevistados das comunidades de André Lopes e Sapatu afirmam que até recentemente, cerca de trinta anos atrás, o único cemitério existente era de Ivaporunduva e, também, a maioria dos quilombolas têm laços parentais com esta comunidade.

Principalmente durante a década de 1960, os conflitos fundiários começaram a fazer parte das comunidades. Vários quilombolas entrevistados atrelam a chegada da Rodovia BR, que acompanha a margem do Rio Ribeira do Iguape, à chegada dos chamados "terceiros"<sup>15</sup> e às Unidades de Conservação (parques estaduais e áreas de proteção).

### **Um pouco mais de história em outro vale: o Paraíba**

Faz-se também importante um breve resgate histórico do Vale do Paraíba que envolve os quilombos localizados no Litoral Norte de São Paulo. Documentos revelam que essa região era ocupada por índios tupinambás que foram praticamente extintos por portugueses e também por franceses que disputavam o local<sup>16</sup>. Comprovação da existência indígena e humana na região é a existência de "sambaquis"<sup>17</sup>.

A partir de 1700, começa a haver indícios de uso do trabalho escravo

---

<sup>13</sup>ANDRADE, Tânia; PEREIRA, Carlos Alberto Claro; ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira (Editores.). As comunidades negras de Maria Rosa, Pilões, Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Nhunguara, Anadré Lopes e Sapatu como Remanescentes de Quilombo. **Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território**. São Paulo. 2 ed. Itesp: Páginas & Letras. 2000. Cadernos do Itesp 3)

<sup>14</sup>Referente ao século XIX. Idem.

<sup>15</sup>Nome dado aos grileiros ou não que adquiriram terras dentro dos territórios quilombolas.

<sup>16</sup>RTC do Quilombo de Cambury, Caçandoca e Cazanga - ITESP. Disponíveis em:< [http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoef/assitencia\\_quilombos.aspx](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoef/assitencia_quilombos.aspx)> . Acessado em: 25 de já, de 2012.

<sup>17</sup>Sambaquis são sítios arqueológicos formados pela sedimentação/depósito de conchas e outros elementos que comprovam a ocupação humana, tais como fogueiras, sepultamentos e ferramentas

(Cerqueira, 1966; Marcílio, 1986). A peculiaridade dessa região, segundo os registros e literaturas da época é que as propriedades eram consideradas pequenas e seus proprietários tinham poucos recursos financeiros, resultando na utilização de apenas um ou dois escravos por propriedade<sup>18</sup>. Isso significa que havia grande proximidade entre a chamada "casa grande" e a "senzala", porém não sem conflitos.

Esse é um primeiro aspecto a ser destacado na comparação com a realidade encontrada na pesquisa de campo. Os depoimentos colhidos na comunidade de Caçandoca apresentam indicações da existência de muitos proprietários dos mesmos espaços de terra, e daí surgem grandes disputas internas especialmente identificadas nessa comunidade. Indica-se aqui a origem remota das disputas da comunidade de Caçandoca na atualidade.

Entre 1750 e 1800, Ubatuba praticava a agricultura de subsistência, vivendo da produção da farinha de mandioca, arroz, feijão e pesca (Cerqueira, 1966).



**Figura 2** – Comunidade Fazenda da Caixa. Comprova as culturas produtivas da região.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

---

<sup>18</sup>RTC ITESP Caçandoca, Cambury e Cazanga.



**Figura 3** – Comunidade Fazenda da Caixa – Ubatuba.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Segundo a mesma autora, nessa época havia poucos engenhos de açúcar e eram esses que utilizavam a mão-de-obra escrava, quer seja para a produção do açúcar ou do aguardente.

A produção da cana-de-açúcar foi rapidamente substituída pela produção de café, que foi intensificada pela chegada de franceses e portugueses que investiram grandes quantias financeiras para garantir a exportação do café. É nesse período, a partir de 1800, intensificada a utilização do trabalho escravo em Ubatuba: "Se em 1798 a proporção de escravos na população total do município era de 21%, em 1830 eles formavam 33% do total, e em 1839 já atingiam 39%! Eles eram apenas 446 em 1790, mas chegaram a 2.329 em 1839" (Cerqueira, 1966, p. 101).

O porto de Ubatuba também fazia o tráfico negreiro para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que intensificou o fluxo de negros escravizados na região do Vale do Paraíba naquela época. Ubatuba foi terra de grandes conflitos gerados pelos negros, libertos, cativos e pardos. Há indicações em documentos oficiais da ocorrência da "maior insurreição de escravos da sua história" no ano de 1831<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup>Ofício de Joaquim Floriano de Toledo ao Sr. Governador, Ubatuba 4 de janeiro de 1825, In: Ofícios Diversos – Caixa 526 – Arquivo Público do Estado de São Paulo em: Cerqueira, 1966:29/3. Apud RTC Cambury ITESP.

As regiões do Vale do Ribeira e do Litoral Norte (Vale do Paraíba) são marcadas pelos conflitos gerados pela presença dos grandes proprietários de terras e pela existência das Unidades de Conservação. Já a região Sudoeste do estado, sofre, principalmente, pelo padrão fundiário rural-urbano, gerando conflitos tanto com os proprietários de terras, quanto com o poder municipal (pelo crescimento das cidades).

Dessa forma é possível afirmar que a maior parte das comunidades quilombolas ocupa territórios que há algumas décadas se tornaram de grande interesse para o capital - muitos pelo forte apelo ambiental, ora compreendidos os Parques Estaduais e Nacionais e adjacências; outros, pela intensa especulação imobiliária, compreendidos nas áreas litorâneas; e outros, pela renda da terra, aqueles destinados à exploração agropecuária.

### **Discussão dos resultados: da infraestrutura à cidadania**

Segue abaixo cada um dos eixos de análise da pesquisa realizada em campo. Contudo, há outros eixos de análise separados que aportam maiores aprofundamentos e discussões no que tange às políticas públicas, à titulação, questões organizativas, relações de gênero e aspectos jurídicos.

#### **A cidadania cassada**

Durante a pesquisa verificou-se que, em todas as comunidades, o ponto fundamental para o desenvolvimento se referia à questão da titulação da terra. Houve relatos de ameaças constantes dos "terceiros" para com a comunidade. Considera-se inclusive que as comunidades procuram os órgãos responsáveis pelo reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação somente em casos de insegurança da permanência da terra e da própria vida de lideranças locais.

Vale mencionar que os processos administrativos para a regularização de tais territórios estão instaurados tanto no INCRA, quanto no ITESP e alguns ainda encontram-se sob a responsabilidade do Ministério Público Federal. O envolvimento desses três órgãos não revela grande nível de organização e articulação para consecução das titulações, pelo contrário, revela a inconsistência das políticas fundiárias e o descompromisso do Estado brasileiro para o equacionamento de uma dívida histórica.

Isso significa que as comunidades, mesmo reconhecidas pelos órgãos públicos competentes, não podem usufruir da totalidade de suas terras, em sua complexidade de relações sociais, culturais, de produção, o que significa que as comunidades não atingem a cidadania plena. Ao não serem titulados, os

quilombolas não conseguem comprovar a posse da terra e acabam tendo seu direito relegado. Os conflitos locais passam a ser intensificados, o acesso às políticas agrícolas e agrárias se torna restrito, além de restrições ao acesso às outras políticas públicas. Ou seja, a permanência na terra se torna cada vez mais difícil, o que coloca em questão a reprodução do modo de vida quilombola.

### **Produção, autoconsumo e renda: uma relação com a cultura tradicional**

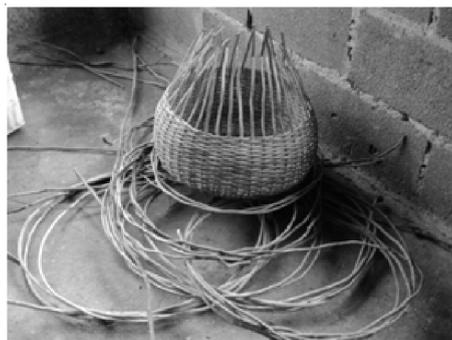
A maioria das comunidades produz para o autoconsumo (hortaliças, arroz, mandioca, feijão, milho, etc). Desenvolvem artesanato principalmente para o uso, sendo que a comercialização desses produtos está vinculada a encomendas, o que não caracteriza a principal renda das comunidades.



**Figura 4** – Comunidade Caçandoquinha. Venda de artesanato para turistas.

**Figura 5** – Comunidade Cafundó. Venda de artesanato para turistas.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.



**Figura 6** – Comunidade Mandira. Produto artesanal utilizado na extração de Ostra. **Figura 7** – Comunidade Sapatu. Grupo de mulheres que faz artesanato com fibra de bananeira.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

A relação com a cultura tradicional, o aumento das vendas da produção agrícola e do artesanato são incorporados na demanda do turismo rural, muito presente na maioria das comunidades visitadas. O turismo é projeto de desenvolvimento e geração de renda para todas as comunidades visitadas, mesmo que não seja considerado por todas como prioritário. Está mais avançado nas comunidades de Ivaporunduva, Mandira, Camubry e Caçandoquinha. O investimento no turismo rural seria o principal eixo produtivo demandado para gerar renda às comunidades, exatamente por ter o potencial de congregar os aspectos culturais, sociais, produtivos e econômicos das comunidades.

Algumas, como o caso da Comunidade de Mandira, que está numa área extrativista, vive, principalmente, da produção de ostra. As famílias produzem e comercializam juntas, por meio da associação da comunidade. Entregam, principalmente, para a Cooperostra, cooperativa com sede no município de Cananéia.

A comunidade Ivaporunduva, além do cultivo da banana, que fazem coletivamente e entregam para o PAA, tem no turismo também uma forte geração de renda. Nesta comunidade foi construída uma pousada (com verba do então governador Mário Covas) com todos os equipamentos necessários para receber hóspedes (turistas e pesquisadores) onde, também, realizam palestras sobre a história da comunidade.



**Figura 8** – Casa de beneficiamento de banana. Comunidade de Ivaporunduva.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.



**Figura 9** – Comunidade de Ivaporunduva. Plantação de banana.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.



**Figura 10** – Pousada da Comunidade de Ivaporunduva.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Das comunidades visitadas, sete entregam produtos (basicamente banana e hortaliças) para o PAA. Dessas comunidades, apenas quatro têm algumas famílias que entregam para merenda escolar.

Porém, algumas comunidades não comercializam diretamente com a CONAB, isso é feito por intermédio do Sintravale – Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo. Os entrevistados reclamam dessa relação pela morosidade de receberem o dinheiro e pelo limite inferior ao estipulado pela CONAB de venda dos produtos.

Algumas comunidades (poucas) comercializam o palmito Pupunha, que a CATI e o ITESP forneceram mudas, como, por exemplo, o caso da comunidade de Porto dos Pilões.



**Figura 11** – Plantação de Pupunha. Comunidade Pilões.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

A comunidade Porto Velho se destaca por não terem o título da terra, mas, mesmo assim, acessam o Pronaf B e comercializam seus produtos para o PAA e Merenda Escolar. Além disso, Porto Velho tem grande produção de mel que comercializam em parceria com o ISA – Instituto Socioambiental<sup>20</sup>.

Outras comunidades têm como principal renda o trabalho no setor privado e/ou público. Como é o caso daquelas que estão no litoral norte, seus membros trabalham para o condomínio de luxo construído dentro da área da comunidade.

Outras pessoas, dos considerados quilombos urbanos (comunidades Brotas e Pilar do Sul) trabalham no setor de serviços ou são funcionários públicos.

A maioria das comunidades do Vale do Ribeira tem membros que trabalham nos parques, como monitores ambientais, porém a remuneração desse trabalho não é revertida às comunidades como um todo. Ou seja, a renda do trabalho dos monitores ambientais é individual, o que destoa do resto dos trabalhos realizados nas comunidades, o que na maioria das vezes é destinado ao coletivo. Houve relatos de desgosto por parte de alguns quilombolas que disseram que a gestão dos parques não considerou a organização local das associações das comunidades para tratar sobre o emprego dos parques para os quilombos, o que ocasionou esse descontentamento e renda individual.

Todas as comunidades têm membros que recebem o Bolsa Família e/ou Renda Cidadã, e muitos de seus membros recebem aposentadoria rural ou acessam o BPC – Benefício de Prestação Continuada.

Algumas famílias de duas comunidades, das visitadas, acessaram créditos do governo federal – Pronaf B. Nas comunidades de Porto Velho (para cultivo de maracujá e pupunha) e Mandira (para aquisição de canoa e rede de pesca). A maioria das pessoas entrevistadas conhecem o Pronaf, mas não acessam principalmente por problemas nas próprias agências do Banco do Brasil, por fatores de insegurança na terra pela não regularização fundiária.

### **Comunidades Quilombolas: o difícil viver "sub judice"**

Praticamente todas as comunidades visitadas enfrentam conflitos com os órgãos ambientais, quer seja pela prática tradicional ou pelos espaços ocupados pelas comunidades, espaços que atualmente são protegidos por leis ambientais devido à sobreposição das Unidades de Conservação (Parques) e outras. Além de algumas comunidades quilombolas estarem em áreas que são próximas

---

<sup>20</sup>Uma Ocsip que atua com as comunidades quilombolas no Vale do Ribeira.

a rios, matas e encostas, o que prejudica a prática agrícola e de culturas tradicionais.

Tradicionalmente, os quilombolas utilizam a prática da 'coivara', que se baseia na derrubada e queima de matas recém formadas, ou seja, áreas utilizadas pelas gerações anteriores para a 'roça', mas que devido ao tempo de pousio, a vegetação é praticamente reconstituída. Em relação ao pousio, ou descanso, há estudos cujo cerne é a discussão acerca do impacto dessa atividade e defendem que ao retornar a fase de mata bruta, há uma seleção natural que mantém a genética anterior a sua derrubada graças ao banco de sementes e outros sistemas reprodutivos e, ainda, a especialistas que tratam do ganho na diversidade em relação ao *status* anterior.

Porém os quilombolas são proibidos e reprimidos, pelos próprios poderes institucionalizados, de usufruírem dos recursos naturais da região em que vivem e de manterem suas atividades de anos de tradição, por estarem numa área de preservação ambiental, área que eles, desde seus antepassados, ajudam a preservar.

### **Infraestrutura: um exemplo da verticalização da política pública**

As comunidades são bastante assediadas por organizações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento rural<sup>21</sup>, ou seja, recebem apoios por meio de projetos. Porém, na maioria das vezes, esses apoios vêm em formas de estruturas físicas que, ou são construídas pela metade, ou caem em desuso por não envolver capacitações das pessoas da comunidade para fazer manutenção ou até mesmo para saberem como colocá-las em funcionamento.

O não funcionamento dessas estruturas, quando instaladas nas comunidades, também pode indicar que aqueles equipamentos não eram demandas reais da população. Muitos entrevistados apontam que as políticas públicas chegam, porém são verticalizadas, ou seja, a comunidade não é consultada ou são trazidas como se fossem a solução para o não enfrentamento de outros problemas, como, por exemplo, a titulação das terras.

Um bom exemplo disso são os computadores que as comunidades receberam do Gesac – Programa de inclusão digital, coordenado pelo

---

<sup>21</sup>ISA, Orça, Cílios da Terra, Furnas, CATI, Fehidro, Funasa, Itesp, Fundação Florestal, Governo Federal (INCRA, Ministérios do Desenvolvimento Agrário, das Comunicações e da Cultura) e Prefeituras.

Ministério das Comunicações.

Na maioria das comunidades pesquisadas, esses equipamentos estão em desuso, ou por falta de manutenção ou porque já estão obsoletos ou ainda porque as comunidades não têm domínio do uso das máquinas e, por insegurança, não as usam e as mesmas acabam estragando.



**Figura 12** – Comunidade André Lopes. Exemplo da situação dos computadores do Programa Gesac.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Porém, algumas infra-estruturas foram muito bem vindas e são bastante utilizadas como, por exemplo, todas as comunidades visitadas possuem um espaço que chamam de "Centro Comunitário".



**Figura 13** – Comunidade Mandira. Centro comunitário que também serve de espaço para confecção de malhas. **Figura 14** – Centro Comunitário da Comunidade São Pedro.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Todas as comunidades têm esse espaço coletivo utilizado para festas, reuniões, entre outras coisas. As comunidades de Mandira, Brotas e Cambury têm Ponto de Cultura<sup>22</sup>.



**Figura 15** – Quilombo Brotas – Itapira. Ponto de Cultura e Espaço Comunitário

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

No quilombo Fazenda tem um Telecentro feito em parceria com Furnas e o Ministério de Minas e Energia.



**Figura 16** – Quilombo Fazenda da Caixa – Ubatuba. Telecentro.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

---

<sup>22</sup>Ponto de Cultura é uma política pública do governo federal viabilizada através do MINC – Ministério da Cultura.

Em algumas comunidades, esses espaços (galpão) são utilizados para reuniões, atividades festivas, confecção de artesanatos, oficinas de costura, e posto de saúde. Duas comunidades têm, também no "centro comunitário", uma cozinha industrial. Esses galpões, ou barracões (como alguns chamam) foram construídos com verba destinada pelo então governador Mário Covas às comunidades quilombolas.

Algumas estruturas e equipamentos que chegam às comunidades, não são demandas reais das mesmas, ou pelo menos não são prioritárias, implicando também na não utilização desses espaços por não haver base demandatória e social para a manutenção das infra-estruturas.

Este aspecto demonstra, inclusive, indiretamente uma problemática da não obrigatoriedade e/ou incumbência de um órgão público específico para contribuir com a gestão e implementação das políticas públicas nas comunidades quilombolas.

### **Sociabilidade: lugares de pertencimento**

Algumas comunidades mantêm danças tradicionais como, por exemplo, a "Nhamaruca", a "Mão esquerda", a "das fitas", "do jongo" e "do côco", porém só fazem apresentação quando são convidadas para festas e exposições.

Fora isso, a sociabilidade nas comunidades acontece mais entre as mulheres, quando se reúnem para cozinhar ou confeccionar os artesanatos; e com os jovens nos espaços comunitários. A maioria das comunidades possui galpões para festas e reuniões, salas para os computadores; cozinhas industriais (como no caso da comunidade de Mandira); espaços onde confeccionam os artesanatos; pousada (no caso da comunidade de Ivaporunduva); quadras de esportes e campos de futebol.

As comunidades do Vale do Ribeira também se reúnem para realizar a Copa Quilombola, um campeonato de futebol com times dessas comunidades.



**Figura 17** – Copa Quilombola.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Quase todas as comunidades visitadas também participam de exposições e feiras anuais como, por exemplo, a de troca de sementes que ocorre no Vale do Ribeira e a Revelando São Paulo, que acontece na capital.



**Figuras 18 e 19** – Participação de grupos de Mulheres Quilombolas na feira Revelando São Paulo

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

### **Festas e tradições: elos comunitários**

Em Mandira considerado baixo Cananéia encontramos um espaço comunitário com oficina de costura e artesanato, uma cozinha industrial e sala com computadores. Essa comunidade realiza a Festa da Ostra, que está completando quatro anos de realização. Já virou uma tradição na região com muitos participantes de fora da comunidade. A festa também comemora o dia da consciência negra. Há, ainda, a festa de Santo Antônio que ocorre em junho.

Já no Eldorado e Iporanga quase todas as seis comunidades que visitamos no médio Ribeira participam da Copa Quilombola, um jogo de futebol com times dessas comunidades, e da Feira de troca de sementes (organizada pelo ISA e ITESP), que é antecedida por um seminário. As comunidades da região costumam levar sementes crioulas para trocar por outras sementes de outras comunidades, prática que contribui para a manutenção do patrimônio genético das comunidades.

Algumas comunidades perderam a tradição das festas, ou porque não houve estímulo para a juventude continuar porque muitos moradores são evangélicos. As que mantêm alguma tradição de festas são em comemoração a algum Santo, por exemplo: a comunidade de São Pedro, a Festa de São Pedro, padroeiro da

comunidade. Esse ano foi realizada a festa de número 83, foi uma grande festa, contou com mais de 600 participantes entre pessoas de outras comunidades quilombolas e pessoas das cidades vizinhas. Durante a festa apresentam a dança tradicional da comunidade chamada "mão esquerda".

Em Ivaoporunduva, o destaque é para a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, é a maior festa, com duração de três dias. Reúne, além dos próprios moradores, pessoas de quilombos vizinhos e pessoas das cidades próximas (Eldorado, Iporanga, Santos, Guarujá).



**Figura 20** – Festividade na Comunidade de Ivaoporunduva.

**Figura 21** – Missa Afro da Festividade de Ivaoporunduva.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Também são realizadas festas em comemoração ao dia de São João, São Pedro e São Sebastião. Nessas não é comum haver a participação de pessoas da cidade.

Mas vale a pena destacar que a existência da pousada no quilombo acaba que atraindo muita gente da região de outras áreas do Estado, são realizadas palestras para turistas, pesquisadores e estudantes. Muitas pessoas da comunidade participam das atividades de turismo, são cozinheiras/os, guias turísticos e palestrantes.

Os jovens costumam se reunir na Vila ou, como costumam chamar, "na Praça", onde está localizada a Igreja e o barracão comunitário.

A comunidade de Sapatu tem três núcleos, dois realizam festas das padroeiras (Santa Luzia e Nossa Senhora Aparecida), o outro núcleo é, basicamente, formado por evangélicos, portanto não realizam festas e não participam das festas dos outros dois núcleos. Tem um grupo de dança da comunidade, a tradicional Nhamaruca. O grupo se apresenta em feiras e exposições, tanto na

região quanto em outras localidades como, por exemplo, o Revelando São Paulo, na capital paulista.

A comunidade Pedro Cubas, dividida em "parte de baixo" e "parte de cima" (por causa de sua extensão) realiza as festas de Santa Catarina, São José, São Pedro, Santo Antonio. Também realizam festas no carnaval e no natal.

No Alto Iporanga na comunidade de Porto Velho se realizam as festas de São Sebastião, que é o padroeiro da comunidade, em janeiro. De Santa Cruz, em maio e de Bom Jesus, em agosto. Esta última é realizada em conjunto com a comunidade de quilombos Cangume, vizinha. A comunidade de Porto Velho tem sua própria banda de música. A tradição da comunidade é gaúcha. Fazem a dança e a romaria de São Gonçalo.

Essa comunidade também tem como costume criar os porcos em conjunto, ou seja, várias famílias participam da criação de suínos e, no momento do abate, os homens se reúnem para fazer isso, limpam e distribuem para as famílias.

Já na região do litoral norte as comunidades visitadas estão localizadas na praia, ou bem próximas a ela, em Ubatuba. Porém são poucas as que mantiveram suas tradições, como festas e danças.

Na Fazenda, participam de duas festas, realizadas na cidade, a de Juçara (Palmito), em maio e a Festa dos Quilombos, em novembro, em comemoração ao Dia da Consciência Negra. Há iniciativas de pessoas da comunidade em resgatar a congada, a folia de reis, a dança das fitas, do jongo e do côco e, sempre que possível, nas ocasiões das festas, eles fazem apresentações.

Em Cambury são vários os momentos que reúnem as pessoas da comunidade, principalmente os jovens: jogo de futebol no campinho que fica na área comunitária e aulas de surf, na praia que fica bem próxima. As mulheres se reúnem para socializar e aprimorar os conhecimentos sobre a culinária tradicional. Organizam momentos festivos como, por exemplo, a Festa Azul Marinho (nome de um prato típico à base de peixe e banana).

Este ano realizaram, pela primeira vez, uma Festa Junina que reuniu outras comunidades quilombolas e, também, a comunidade caiçara. Foi uma atividade bem importante, principalmente por terem a oportunidade de resgatar tradições, já perdidas como, por exemplo, o jongo, a congada, a dança das fitas, e outras.

No quilombo Caçandoca ocorre a Festa do Dia das Crianças e a Festa do Dia da Consciência Negra. Nesta última, costumam frequentar, também, outras comunidades quilombolas e famílias urbanas do entorno. Em Caçandoquinha não ocorrem mais festas devido à divergência com a outra associação, não participam das festas de lá!

Na região sudoeste, especialmente em Itapeva, na Comunidade Jaó, a maioria dos moradores é evangélica, por isso não fazem mais festas.

Em outra região do Estado - Centro-sudeste- a comunidade Pilar do Sul que fica na cidade, ou melhor, a cidade fica na comunidade, eles perderam as tradições e se distanciaram pelo fato de morarem longe uns dos outros.

Na comunidade Cafundó se realizam festas em comemoração aos dias de Santa Cruz, Nossa Senhora Aparecida e São Benedito, das quais moradores dos bairros vizinhos participam. Também costumam participar de festividades em outras comunidades, sobretudo nas comunidades quilombolas do município de Ubatuba.

Finalmente, na região leste, a comunidade Brotas, considerada um quilombo urbano, a tradição de festas se perdeu com o passar do tempo, as pessoas da comunidade participam das festas da cidade, tradições se mantêm, em maioria, nas comunidades quilombolas, alimentando relações de afinidades, de sociabilidade e companherismo.

### **As mulheres no comando: questões de gênero nas comunidades quilombolas**

Sobre o tema específico de gênero, foi possível observar a complexidade e as particularidades existentes nas 18 comunidades visitadas. Algumas têm mulheres na presidência da Associação, como é o caso das comunidades de Ivaporunduva e de Pedro Cubas de Cima, ambas no Vale do Ribeira.

Vale ressaltar que a posição de presidente da associação é uma das principais nas hierarquias constituídas nas comunidades na organização social para o reconhecimento e titulação quilombola.

As produções normalmente vinculadas às mulheres como, por exemplo, o artesanato, são realizadas também pelos homens. Tecer palhas para fazer camas, cestarias e outros instrumentos e/ou objetos importantes do cotidiano das pessoas, faz parte do conhecimento ancestral e perpassa todos os membros da comunidade, independente do sexo e da idade.

Em quase todas as entrevistas realizadas nas comunidades havia a presença de, pelo menos, uma mulher respondendo às questões, junto com os homens e, em algumas comunidades, só havia a presença da mulher, pois são as lideranças representativas, como é o caso, por exemplo, das comunidades de Fazenda e Caçandoquinha, no litoral norte. De todas visitadas, apenas na comunidade de quilombo Porto Velho é que não havia uma representação feminina no momento da aplicação do questionário.

As mulheres participam de todas as atividades das comunidades e estão presentes em várias outras para além do espaço quilombola como, por exemplo: agentes comunitárias, exposições em feiras, cursos de culinária e artesanato (para serem multiplicadoras em sua comunidade), reuniões com órgãos públicos, ONG's e igreja para conseguirem verbas e subsídios para suas atividades como é o caso, por exemplo, da cozinha industrial de Mandira; onde preparam a alimentação para os grupos de turistas que visitam essa comunidade e, da oficina de costura; com máquinas industriais, para a produção de artesanatos que comercializam dentro da comunidade para os visitantes e numa loja que fica na cidade. Além de fazerem exposição em feiras como, por exemplo, o Revelando São Paulo, que acontece todo ano na capital paulista.

As mulheres quilombolas também se destacam na preservação da cultura tradicional quilombola. Um exemplo é a homenagem para Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, uma festa tradicional que acontece há pelo menos 300 anos na comunidade de Ivaporunduva e recebe, além de convidados, quilombos de outras comunidades. Esta atividade conta muito com a participação da mulher.

Os membros da comunidade, de um modo geral, se envolvem com a organização da festa e as mulheres estão presentes em todas as comissões: coleta de prêmios; limpeza e decoração dos locais (igreja e salão); coleta de alimentos; na preparação desses alimentos; na confecção das roupas para as participantes da procissão, entre outras atribuições. E, também, vale destacar que durante a procissão são as mulheres que carregam a Santa louvada.

Elas se destacam, também, nas discussões políticas, durante o 4º Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas, promovido pela CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas e pôde-se observar como é a participação das mulheres nessas discussões.

Num determinado momento do Encontro, as mulheres quilombolas se reuniram para discutirem a questão de gênero no "interior" da CONAQ, elas discutiram, dentre outras coisas, que quando o movimento se mobiliza para a luta, para debaterem as questões gerais que os quilombolas enfrentam, as mulheres em sua maioria têm as mesmas limitações que as mulheres urbanas, ficam em suas casas fazendo o trabalho doméstico, cuidando das crianças e protegendo suas terras. São raras aquelas que participam das discussões políticas e isso não reflete a realidade de seus ancestrais, uma vez que desde o começo das lutas, as mulheres têm tido um papel importante nas decisões. Elas sempre enfrentaram as dificuldades e muitos são os exemplos de mulheres que lideraram manifestações.

Um forte exemplo disso foi a participação delas nesse encontro, na pessoa de "mãe" Sebastiana, de um quilombo de Minas Gerais, em vários momentos polêmicos na atividade, era ela quem colocava "ordem na casa", chamava a atenção dos participantes, lembrando que todos estavam ali com o mesmo propósito e que a luta só avança com muita disciplina e união. "Mãe" Sebastiana, provavelmente a mais velha quilombola presente, pegava o microfone e falava com a platéia que, nesse momento se calava, mostrando muito respeito, e "Mãe" Sebastiana sempre encerrava sua fala com um canto africano.

Vale ressaltar a importância dessa reunião das mulheres quilombolas, no Encontro, que, entre outras coisas, reivindicaram autonomia e reconhecimento, por parte dos membros das comunidades do quanto são ativas, também, na luta pelo seu território, além de serem consideradas as guardiãs de sua tradição. Como resultado dessa discussão elas tiraram alguns encaminhamentos para a plenária aprovar, entre eles, que a coordenação tenha, pelo menos, uma mulher por estado, e a proposta de se realizar o primeiro encontro nacional de mulheres quilombolas no mês de março de 2012. Propostas aprovadas pela plenária.

A importância dessa reunião das mulheres se dá não só pelos encaminhamentos que tiraram, mas por ser, talvez, a primeira vez que um encontro como este discute, mesmo que "discretamente", a questão de gênero. Considera-se, contudo, que talvez a temática de gênero não seja o principal tema a ser abordado no movimento quilombola, qual seja, pela grande participação das mulheres nos espaços públicos de discussão, ou pelas outras necessidades mais urgentes como regularização fundiária e segurança dos quilombolas.

Porém ainda há muito que discutir sobre este tema dentro das comunidades. Em entrevistas realizadas com algumas participantes, todas foram unânimes em dizer que não há essa preocupação dentro do movimento, que discussões sobre a questão da mulher, no quilombo, nem sequer passam pelas cabeças deles (e até delas!), que apesar das discussões, e das decisões, serem feitas no coletivo, o machismo (expressão delas) também existe nas comunidades quilombolas.

Com relação às políticas públicas, não foram encontradas políticas específicas para mulheres quilombolas. As que aparecem nos endereços eletrônicos institucionais são direcionadas, majoritariamente, para mulheres rurais assentadas.

De fato existe, por exemplo, na Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais/MDA indicações de abrangência das mulheres quilombolas em suas diversas iniciativas e efetivação de políticas públicas, porém não conseguem indicar especificamente as mulheres quilombolas e ainda, essas políticas, estão baseadas na realidade de assentamentos rurais de reforma agrária. Não abrangem e/ou

apreendem a complexidade e singularidade da realidade da mulher quilombola.

A partir e dos resultados levantados pela pesquisa, verificou-se que as mulheres quilombolas enfrentam um difícil acesso às políticas públicas e aos créditos.

### **Nas trilhas da organização política: questões de identidade e etnia**

O movimento quilombola iniciou-se com a organização do movimento urbano, na década de 80, por meio do Movimento Negro Unificado - MNU, que discutia, principalmente, questões de identidade e etnia. Até então, os movimentos negros no Brasil só haviam assumido o termo quilombo como acervo simbólico para suas lutas urbanas, sem aprofundar a história e dedicar maior atenção ao mundo rural.

Foi a partir das lutas do movimento negro urbano e das demandas do movimento negro rural que surgiu a proposta de formarem uma comissão para levarem à Constituição Federal de 1988, a reivindicação da inclusão de um artigo em defesa da causa quilombola, principalmente no que dizia respeito aos conflitos territoriais.

A luta do movimento negro rural tomou "corpo" e tornou-se, praticamente, impossível para o governo brasileiro não responder às demandas desse movimento<sup>23</sup>.

Em novembro de 1995, o movimento realizou o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em Brasília. A partir daí, os problemas enfrentados pelas comunidades, no meio rural, transformaram-se em uma questão nacional.

Foi, também, a partir desse Encontro que surge a proposta da constituição de uma Comissão Nacional das Comunidades Negras Rurais. Um ano depois, em maio 1996, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia é criada a CONAQ – Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, cujo objetivo principal é o de fortalecer a articulação, a mobilização e a organização das comunidades negras rurais quilombolas do Brasil, para garantir o direito de propriedade da terra.

A CONAQ<sup>24</sup> é formada por representantes de comunidades de quilombos de 25 estados da federação, além de entidades do Movimento Negro e entidades ligadas à questão rural, que apóiam a luta dos quilombos.

---

<sup>23</sup>Essa questão está mais aprofundada no capítulo "Reconhecimento e Titularidade", deste relatório.

<sup>24</sup>Disponível em: < <http://quilombosconaq.blogspot.com/>>.

Desde sua criação, a CONAQ já realizou mais três encontros nacionais. No ano de 2000, em Salvador; em 2003, no Recife e o último, em 2011, no Rio de Janeiro, ocasião em que a CONAQ comemorou seu aniversário, tendo como tema central "15 anos de luta e nenhum direito a menos" bem expressivo dos reivindicações das comunidades quilombolas.



**Figura 22** – Encontro CONAQ.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

No movimento social negro, a CONAQ é hoje, um de seus agentes mais ativos. Em novembro de 2011 articulou, em Brasília, a 1ª Marcha Nacional em Defesa dos Direitos dos Quilombolas, que reuniu, segundo os organizadores, duas mil pessoas vindas de quase todos os estados do país. Nessa ocasião, entregaram para o governo federal, por intermédio do Ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência), uma pauta de reivindicações, cuja principal é a demarcação de terras de quilombos.

As comunidades quilombolas do Estado de São Paulo têm dois representantes na direção da CONAQ, um do quilombo Ivaporunduva, município de Eldorado, e outro do quilombo Porcinos, município de Agudos.

Todas as comunidades pesquisadas têm uma associação, porque este é um critério para que seja feito o pedido de reconhecimento, porém a maioria não faz uso dessa associação como forma político-organizativa e, também, não conseguem fazer a comercialização de seus produtos por meio de sua própria associação. A maioria depende de intermediários para isso, como no caso de algumas comunidades do Vale do Ribeira que tem o Sintravale (Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo), fazendo esse papel.

As comunidades fazem parte de alguma entidade política. No ano passado representantes de várias comunidades do estado, criaram a Federação Quilombola do Estado de São Paulo, cujo principal objetivo é pressionar os órgãos governamentais para uma maior agilidade no reconhecimento e titulação dessas comunidades.

As comunidades de Cambury e Fazenda fazem parte, também, do Fórum de Comunidades Tradicionais, criado em julho de 2007 na região sul do Estado do Rio de Janeiro e norte de São Paulo, "é um movimento de base comunitária onde as comunidades da região trocam experiências e juntas, buscam soluções para os problemas enfrentados"<sup>25</sup>.

As comunidades da região do Vale do Ribeira fundaram uma Organização Não-Governamental, a EAACONE – Equipe de Articulação e Assessoria a Comunidades Negras, que tem como foco principal a luta pelo direito à terra, auxiliando política e juridicamente essas comunidades.

De alguma forma, as comunidades participam das atividades políticas, com representantes nas entidades já organizadas, ou buscando formas de se organizarem em novas entidades. As comunidades têm representações nos conselhos do município em que estão localizadas e também nos Colegiados Territoriais, espaços onde são discutidas as políticas voltadas para o desenvolvimento dos municípios que pertencem aos Territórios da Cidadania, programa lançado pelo governo federal que é uma proposta integração de políticas públicas para reduzir as desigualdades, especialmente no meio rural<sup>26</sup>.

### **Políticas Públicas: o gargalo da regularização fundiária**

A origem das políticas públicas de enfrentamento às desigualdades raciais no Brasil é recente. A primeira abordagem institucional acerca do tema consta dos artigos 215º e 216º da Constituição Federal de 1988 e ainda no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT/68, conforme já tratado nesse relatório. É a primeira vez no Brasil que é assegurado em lei a regularização de terras dos quilombos remanescentes como forma de tentar reparar as atrocidades cometidas com os negros escravizados na conformação da sociedade brasileira.

A Constituição Federal de 1988 junto da ADCT passam a assegurar, pelo menos legalmente, a regularização fundiária das comunidades quilombolas. Na

---

<sup>25</sup>Fonte: <http://forumtradicionais.blogspot.com>

<sup>26</sup>Fonte: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional>

teoria, significa que a segurança territorial e fundiária das comunidades é um dever do Estado a partir da efetivação de instrumentos de política pública, tais como a titulação e, ainda, de enfrentamento às desigualdades raciais e de apoio à permanência no campo (estes dois últimos surgem mais atualmente). Mesmo com esses avanços legais, a regularização fundiária ainda é o principal gargalo encontrado nas comunidades quilombolas. E ainda, segundo pesquisas bibliográficas, este ainda é o principal problema enfrentado pelas maiorias das comunidades no estado de São Paulo e também no Brasil.

Até por volta do ano de 2002, a questão quilombola era atrelada apenas aos aspectos culturais, sendo a Fundação Palmares a única responsável pela identificação, pelo reconhecimento e pela titulação das comunidades. Até esse momento, as políticas públicas quilombolas visavam o fortalecimento e o reconhecimento etnocultural das comunidades, e pouco indicavam a questão fundiária como estruturante da reprodução das desigualdades sociais e raciais no campo. Ou seja, ainda não era possível a concretização de políticas públicas que vinculassem a questão cultural à segurança da regularização fundiária, muito embora tivessem acontecido algumas titulações de maneira isolada<sup>27</sup>.

Em 2003 com a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas são indicadas enquanto público beneficiário de reforma agrária. É a partir do Plano que é estendido também ao INCRA a regularização fundiária, ou seja, a titulação, a partir disso, também poderia ser realizada em áreas particulares.

O Plano previu a necessidade de serem criados instrumentos e políticas que garantissem o uso e a posse, a permanência na terra em respeito às raízes culturais e religiosas específicas, a promoção do etnodesevolvimento e da segurança alimentar e nutricional. Para tanto foi criado o Ppigre – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia como responsável por elaborar e desenvolver tais políticas. A partir da criação do II PNRA, além dessas atribuições citadas, o Estado se compromete com a disponibilização de assistência técnica e créditos para estimular/viabilizar os projetos produtivos quilombolas (II PNRA, 2003, p.29).

---

<sup>27</sup>O II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003, p.28) diz que até 2003, quinze anos após a Constituição de 1988, apenas 71 haviam sido tituladas, em sua maioria no estado do Pará. O mesmo documento diz que dessas titulações há(via) conflito em 55 delas, ou seja, a titulação não resolveu os problemas de segurança do território. Na atualidade, o movimento quilombola considera a existência de cerca de cinco mil comunidades no Brasil.

Documentos oficiais do governo federal que discorrem acerca da real implementação das políticas públicas nas áreas quilombolas, associam que estas são trazidas à tona a partir de debates em conjunto com as temáticas de saúde da mulher e da segurança alimentar em conferências nacionais.

Em 2004 é criado o Programa Brasil Quilombola que tinha como objetivo a promoção e o desenvolvimento das comunidades quilombolas, fundadas em estratégias de sustentabilidade e de acordo com as especificidades culturais e históricas da realidade das comunidades. A partir desse programa que integrou ações dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Educação e sob a coordenação da Seppir – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, parece consagrada a efetivação do direito à posse e o acesso das populações quilombolas às políticas públicas.

No dia 20 de novembro de 2007, no dia de comemoração da consciência negra, durante o governo do presidente Lula, foi lançada a Agenda Social Quilombola por meio do Decreto nº 6.261/2007, num primeiro esforço institucionalizado de enfrentar um dos mais graves problemas de injustiça social que é a questão racial. Este é um programa vinculado ao Programa Brasil Quilombola. Este Programa previu ações para a implantação da Agenda, que também ficou submetida à coordenação da Seppir. É interessante notar que o Programa Brasil Quilombola e a Agenda Social Quilombola vinculam a regularização fundiária aos princípios de enfrentamento da desigualdade racial, ou seja, o atrelamento dessas políticas só foi incorporado pelo Estado brasileiro, pelo menos, quinze anos depois da criação da Constituição Federal que já previa as regularizações fundiárias.

A Agenda Social Quilombola previa ações para os anos de 2008 até 2011 e orçamento de R\$ 2 bilhões para esses três anos. Ela ainda previa atuações a partir dos seguintes eixos: "[...] acesso à terra; infra-estrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania."<sup>28</sup> A implementação dessa Agenda que estava sob a coordenação da Seppir, envolvia, ainda, nove ministérios e a Casa Civil da Presidência. A primeira etapa da Agenda previa atender às comunidades com maiores índices de vulnerabilidade social a partir da garantia de acesso às políticas públicas de promoção da saúde,

---

<sup>28</sup>Relatório IPEA, p. 236. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5786&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5786&Itemid=9)>. Acesso em 28/11/2011.

educação, acesso à luz elétrica, recuperação e preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, políticas habitacionais, dentre outras.

A Agenda Social Quilombola previu ainda a ampliação do acesso das comunidades ao Programa Bolsa Família. E esta é uma realidade encontrada em todas as comunidades visitadas. Todas as 18 comunidades investigadas consideram que praticamente todos seus membros acessam o Programa Bolsa Família e/ou o Programa Renda Cidadã<sup>29</sup>.

Acabado os prazos desses Programas, ainda não foi criado nenhum novo direcionamento de enfrentamento às desigualdades raciais ou diretrizes de ações do Estado específicas para quilombos.

É interessante notar que as políticas públicas que podemos chamar de "fixação no campo" foram implementadas antes mesmo da regularização fundiária das comunidades. Essa situação foi encontrada nas 18 comunidades pesquisadas<sup>30</sup>. O documento do IPEA que avalia a Agenda Social Quilombola aqui já referido, também indica indiretamente tal situação em que os debates acerca das políticas públicas de enfrentamento das desigualdades raciais giraram em torno dos temas da saúde, educação e economia solidária.

Ou seja, mesmo com a criação da Agenda e do II PNRA que estabelecem que o enfrentamento da questão racial também é uma questão fundiária, na prática ainda existe muita dificuldade em solucionar esse impasse. Exatamente pela dificuldade que o Estado brasileiro sempre demonstrou em incluir em sua pauta política um projeto societário, seja pela correlação de forças atuantes e representantes nas instâncias governamentais no que tange ao enfrentamento da diminuição da concentração fundiária e, até mesmo, da regularização fundiária para pequenos produtores e trabalhadores rurais.

A realidade encontrada nas dezoito comunidades visitadas no estado de São Paulo indica exatamente essas disputas de projetos societários encontradas na estrutura do Estado, e também coloca em evidência a dificuldade do processo de construção de políticas públicas eficientes no enfrentamento das desigualdades

---

<sup>29</sup>É um programa de transferência de renda vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

<sup>30</sup>As políticas públicas de maneira geral atendem as comunidades, porém a principal demanda apontada pelas comunidades entrevistadas é a regularização fundiária, ou seja, a titulação associada a retirada dos chamados terceiros das áreas quilombolas. A única comunidade titulada é Ivaporunduva (Médio Vale – Eldorado), que também recebeu políticas públicas antes mesmo de ser regularizada.

raciais e regularização fundiária. Uma das dificuldades encontradas para o real enfrentamento dessas questões dizem respeito a capilaridade da Seppir e da própria Fundação Palmares nos estados. Esses órgãos federais não têm representação nos estados, e, em São Paulo, a atuação nas localidades fica à mercê, em sua grande maioria, da boa vontade de agentes que trabalham no INCRA e no ITESP. Ou seja, há ainda pouco compromisso ou não há projetos do INCRA e do ITESP que realmente proponham soluções às questões quilombolas, o que gera um jogo de indefinições justificado.

Nesse sentido, o INCRA ainda enfrenta grandes dificuldades em agir rapidamente perante os processos de regularização e retirada dos proprietários particulares dentro das áreas quilombolas, o que explica o fato de em que apenas 8 das 64 comunidades quilombolas serem tituladas.

Em relação às políticas públicas de desenvolvimento há ainda sérios problemas. Foi identificado que políticas de acesso à saúde, educação, inserção digital, de agroindústria, ambientais, dentre outras, chegam às comunidades, porém, na maioria das vezes, não representam a principal demanda das comunidades. Nesse sentido, podemos indicar que algumas infra-estruturas ou recursos implantados nas comunidades chegam a se tornar "elefantes brancos", criando um desinteresse das populações em acessar tais políticas públicas.

Um importante destaque é necessário em relação a uma real elaboração e efetivação de políticas públicas quilombolas, que é a consideração e respeito ao modo de vida das comunidades quilombolas. A constituição dessas comunidades, que, via de regra, foi baseada em produções de subsistência, de trabalho de extração, pesca, caça, agricultura pouco diversificada e produção de pequenos animais, ainda tem fortes influências no modo de vida atual dessas populações. A maioria das comunidades visitadas nessa pesquisa sobrevive até hoje através de formas produtivas diferentes das relações de trabalho, sociais, econômicas e culturas daquelas tidas como tipicamente capitalistas. Ou seja, as comunidades não têm ou pouco fazem acumulação capitalista, o que é justificado para explicação de sua subalternidade.

Em Diegues (1992, p. 78-79) esta definição relativa às "comunidades tradicionais" se encontra mais detalhada. Assim, estas seriam organizações sociais que operam formas econômicas com muito pouca ou nenhuma acumulação de capital e, sem fazer uso do trabalho assalariado (estas características qualificariam a não existência de relações capitalistas de trabalho completas). As atividades econômicas são de pequena escala e

baseadas na utilização de recursos naturais renováveis existentes no ecossistema local (BRANDÃO, DA DALT, GOUVEIA, 2010, p.8).

Essa relação constituída desde o início das comunidades reflete atualmente um *modus operandi* de baixo impacto ambiental, em que há poucas interferências quilombolas nos ciclos naturais e baixíssimos índices de poluição (BRANDÃO, DA DALT, GOUVEIA, 2010, p.8). Ou seja, a maioria das comunidades quilombolas visitadas nessa pesquisa têm relação intrínseca de interdependência com a natureza para que haja reprodução e ressignificação do modo de vida quilombola. Isso não deve significar que as comunidades encontram-se paralisadas no tempo e na história atual, muito pelo contrário, estão em processo constante de mudanças.

Exatamente por esses fatores, as comunidades habitam vastos territórios que preservam vegetações, fauna, flora, água, como por exemplo, o Vale do Ribeira. Esses fatores contribuíram para que as áreas quilombolas fossem alvos de disputa de parques e unidades de conservação ambiental, além de sofrerem diretamente com as leis ambientais recentes. Esses fatores limitam a interação dos quilombolas com a natureza viva e colocam em dúvida o real direito de permanência e de uso da terra. A terra é o pilar de sustentação da condição camponesa e do modo de vida quilombola.

Essa disputa de áreas de natureza viva dos parques e/ou unidades de conservação e ainda das legislações ambientais em relação às comunidades quilombolas, tem colocado em dúvida, principalmente, as formas de reprodução dos bens de recursos naturais e a reprodução social e cultural das mesmas. Estudos<sup>31</sup> comprovam que para garantir a diversidade ambiental a "coivara"<sup>32</sup> é um fator bastante significativo de recomposição da mata. Antes das regulamentações de parques estaduais ou federais, as comunidades quilombolas usufruíam de um maior grau de autossuficiência dos recursos naturais disponíveis, ou seja, eram menos dependentes do mercado exatamente pela relação com a

---

<sup>31</sup>Para maiores aprofundamentos ver: MUNARI, Lucia Chamlian. Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-07032010-134736/pt-br.php>> . Acessado em: 11 de jan. de 2012.

<sup>32</sup>Modo de produção agrícola tradicional das comunidades quilombolas que consiste em abertura de "clarões" em áreas de mata para a produção agrícola.

natureza viva e, pode-se dizer até que exerciam autocontrole da condição camponesa.

Devido a essas restrições ambientais em casos de sobreposição de parques, ou ainda restrições advindas pelo fato dessas áreas serem de divisa com áreas de proteção ou, ainda, simplesmente, por serem populações tradicionais que vivem em harmonia com a natureza, a "condição camponesa" (PLOEG, 2009, p.19) das comunidades quilombolas está sendo colocada em dúvida. Além desse grande impasse que coloca em dúvida a permanência e reprodução de vida quilombola, as multas ambientais pela queima de áreas de roça ou pela utilização de encostas de morros, etc..., a restrição de cultivo de animais de pequenos portes como os suínos, as exigências para a autorização de planos de manejo ambientais ou para o extrativismo, os meios intimidadores proibitivos da prática da caça, entre outros fatores, também têm colocado em dúvida a reprodução social, econômica e cultural das comunidades.

A partir disso foi identificado em todas as comunidades a dificuldade em serem implementadas políticas públicas que respeitem e estimulem o modo de vida quilombola. Ou seja, há uma tendência atual de serem valorizadas as políticas públicas universais em detrimento das locais, em que as políticas de saúde, educação, dentre outras, são feitas por brancos urbanos e para brancos urbanos não levando em consideração as realidades locais e regionais.

A dificuldade de formular e implementar políticas públicas de acordo com as necessidades e em respeito à realidade local implica no enfraquecimento das comunidades quilombolas, que, além do amortecimento da cultura da população e também da cultura brasileira, essas pessoas são obrigadas a sair das áreas e procurarem emprego nos centros urbanos, passando, cada vez mais, a acessarem programas como o Renda Cidadã e o Bolsa Família.

De maneira geral, as comunidades acessaram recursos federais para melhoria das casas. Foi possível encontrar em todas as comunidades visitadas casas de alvenaria em substituição às casas de taipa ou "pau a pique". Todas as comunidades também acessam água, porém todas acessam com recursos próprios, exatamente por estarem constituídas há séculos atrás. Todas as comunidades acessam luz elétrica, porém esta não chega a todas as casas.

A política pública de acesso à educação das comunidades ainda é bastante precária, e muitos quilombolas deixam de estudar antes de completar o segundo grau por dificuldades de acesso a transporte e por causa da distância, pois via de regra, não foi identificada nenhuma escola nos territórios quilombolas que atendesse ao segundo grau (este é atendido nas cidades).

## Um retrato da infraestrutura quilombola

De modo geral, as comunidades têm dificuldade de efetividade do direito de ir e vir, quer seja pelas estradas com pouca assistência ou que estão embrenhadas na mata, o que dificulta a evaporação de água e ocasiona trechos intrafegáveis; ou não há estradas de acesso; ou onde o único meio de transporte de uma comunidade para outra ou para a cidade é realizado por balsas com pouca manutenção e, que, por isso não funcionam sempre (em especial quando há enchentes, o que deixa muitas comunidades isoladas).

Com exceção dos quilombos que ficam próximos (ou dentro) das cidades – Brotas e Pilar do Sul – as demais comunidades têm acesso à água através de recursos naturais nascentes, rios, cachoeiras, minas, açudes, que chegam até as casas por meio de mangueiras.



**Figura 23** – Sistema de Captação de Água da Comunidade Caçandoquinha.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Todos disseram que a água é suficiente para consumo, porém na comunidade de Porto Velho, município de Iporanga, a maioria das famílias não consegue ter acesso à água doce, a que chega até às casas é salobra, e, muitas vezes, falta água. Os entrevistados do quilombo Porto Velho associam a falta de água aos desmatamentos e soterramento de minas d'água feita por "terceiros".



**Figura 24** – Alto do morro visto do Quilombo Porto Velho. Área da comunidade invadida por "terceiros" que está completamente desmatada e devastada.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Todas as comunidades acessaram água com recursos próprios e nenhuma relatou haver tratamento de água para o consumo e nunca foram feitas análises dessas águas. Todas as comunidades possuem energia elétrica, porém nem todas as casas têm acesso, como no caso da comunidade de Porto dos Pilões. Este é uma situação a ser destacada, pois passa uma rede elétrica com postes de energia que servem para abastecer uma fazenda vizinha entre as casas da comunidade, porém a população quilombola não pode se beneficiar dessa energia por não terem o licenciamento ambiental.



**Figura 25** – Quilombo Pilões. Sistema de energia elétrica que passa no meio dos postes já instalados de luz para atender à comunidade, porém que não fornece energia para a população, apenas para proprietários particulares.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

A energia elétrica chegou às comunidades, na maioria, pelo programa do governo federal "Luz para todos". Em outras três chegou pelo programa do governo estadual "Luz na terra". As companhias que fizeram as instalações são variadas conforme a localização, tais como a CPFL e Elecktro.

Vale também fazer destacar o caso da comunidade André Lopes. A área dessa comunidade abrange algumas cavernas, dentre elas a famosa "Caverna do Diabo". Assim que essa caverna foi descoberta por pessoas de fora da comunidade (entrevistados falam de alemães) ela serviu de estudo dos espeleólogos, e assim foi disponibilizada uma estação de energia elétrica para abastecer a caverna com luz. Essa rede elétrica passava por dentro da comunidade, mas, não abastecia os quilombolas num caso muito parecido com o quilombo Pilões. Porém, a comunidade se organizou e reivindicaram seus direitos de uso da rede elétrica, ainda mais que a própria Caverna do Diabo foi retirada da área quilombola devido a sua importância científica para estudos. A permanência da Caverna do Diabo no território quilombola ainda é ponto de discussão e de muitos tensionamentos dentro e fora da comunidade.

**Quanto a habitação** muitas das famílias, nas comunidades, construíram suas casas com recursos próprios e, apesar de poucas, ainda são encontradas algumas feitas de "pau-a-pique". A grande maioria é de alvenaria.



**Figura 26** – Entrevistados do Quilombo Nhunguara. Interior da casa de taipa – tipo de casa ainda muito comum nessa comunidade.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.



**Figura 27** – Casas construídas pelo programa CDHU na Comunidade Pilões.

**Figura 28** – Casas de alvenaria mais utilizada atualmente nas comunidades.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Das comunidades visitadas, três tiveram as casas construídas pela CDHU – algumas famílias acessaram o programa do governo federal "Minha Casa, Minha Vida", e outras, tiveram ajuda da igreja, principalmente as que perderam casas por causa das enchentes recorrentes na região do Vale do Ribeira. Vale um parêntese, destacando que todas as comunidades possuem sistema de telefonia conhecido como "orelhão" em todas as áreas comunitárias.

Apenas quatro comunidades, das visitadas, possuem fossas sépticas, nas demais são fossas "negras" ou, como eles mesmo disseram "um buraco no chão".

Em pelo menos metade das comunidades há coleta de lixo, feita pela prefeitura local. Porém, mesmo assim, algumas famílias dessas comunidades utilizam a prática da queima do lixo, alegam que é porque a coleta tem um espaço de tempo demorado entre uma e outra (uma vez por semana, às vezes só quinzenalmente).



**Figura 29** – Coletor de lixo da Comunidade Mandira.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Nas demais comunidades não há coleta, ou porque há um descaso da autoridade local ou porque as prefeituras ficam "jogando uma pra outra" a responsabilidade, como no caso de comunidades que abrangem mais de um município, como o caso do quilombo Nhunguara.

Com exceção das comunidades de quilombos Brotas e Pilar do Sul (urbanos) todas as demais enfrentam problemas de acesso. Na maioria das comunidades do Vale do Ribeira, o acesso é pela balsa e depois por estradas em péssimas condições, principalmente em épocas de chuvas. Algumas comunidades, nessa época, chegam a ficar ilhadas, como é o caso de Porto dos Pilões e Pedro Cubas de cima e Pedro Cubas de baixo. Nos períodos de chuvas comunidades como Nhunguara, Pedro Cubas de cima e de baixo e Pilões reclamaram que as crianças das comunidades perdem muitos dias de aula por não terem como se deslocar até as escolas.



**Figura 30** – Balsa manual que atravessa o Rio Ribeira do Iguape e dá acesso a várias comunidades

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Existe uma ponte que dá acesso às comunidades de Ivaporunduva e São Pedro que foi construída a partir de um compromisso firmado com o então candidato Lula à presidência.



**Figura 31** – Ponte de acesso a Comunidade de Ivaporanduva e São Pedro.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

As comunidades do litoral norte também enfrentam problemas de acesso, pois estão basicamente localizadas nas praias. No caso do quilombo Caçandoca, por exemplo, um dos acessos (são dois) é feito por dentro do condomínio de luxo, onde exigem identificação na entrada.



**Figura 32** – Condomínio de luxo conhecido como "Pulso". Uma das entradas para a comunidade Caçandoca e CAçandoquinha. Foto ilustra bastante para que o condomínio que está dentro da área quilombola serve (na placa está escrito *The Beach House* – Casa de Praia)

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

A comunidade Fazenda da Caixa está dividida por uma estrada federal, e para ter acesso às casas que ficam nas praias. É preciso autorização de identificação, que nesse caso é feita pelo Parque da Serra do Mar – Núcleo Piscinguaba. A comunidade Cambury é feita a pé pelo rio, sem estradas.



**Figura 33** – Único caminho de acesso ao Quilombo Cambury.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

A manutenção das estradas, quando feita, é realizada pela Codasp – Companhia de Desenvolvimento Agrícola, ou pelo DER – Departamento de Estrada e Rodagem, através de recursos municipais.

Metade das comunidades visitadas possui escola primária (até a 4<sup>a</sup> série), com classes multiseriadas e professores das prefeituras. Crianças e jovens, após a quarta série se deslocam para escolas nos centros urbanos porém, geralmente, enfrentam problemas de transporte e estradas o que, muitas vezes, ocasionam faltas e perda do ano letivo. Como é o caso do quilombo Cafundó, município de Salto de Pirapora, por causa de problemas com o transporte teve que mobilizar autoridades e sociedade civil depois que descobriram que, por várias vezes, o motorista deixava as crianças na estrada, longe de suas casas, alegando dificuldades de acesso.

Ou, como no caso do quilombo Pedro Cubas, no Vale do Ribeira, ao qual os jovens têm que se deslocar por mais de 15 km para a escola mais próxima.

Os estudantes das comunidades do médio Ribeira, que cursam o ensino fundamental e médio, contam com a Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, localizada na comunidade de André Lopes.



**Figura 34** – Escola "Chules" que atende várias comunidades no Médio Ribeira.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2011.

Nas comunidades do Litoral Norte, apenas o quilombo Cambury possui escola primária.

A maioria das comunidades tem acesso à política pública de assistência técnica através do ITESP e de organizações não governamentais que prestam serviço, sobretudo, para o governo federal. Entretanto, estão sob a jurisdição do INCRA, o que vem reforçar a hipótese da ineficácia das políticas públicas para as comunidades quilombolas. Houve reclamações sobre o tipo de assistência técnica, pois os quilombolas necessitam acumular conhecimento acerca das produções e plantações, formas de organização coletiva (Associações e Cooperativas) para comercialização, entre outros aspectos importantes. De maneira geral, as comunidades pouco conhecem o Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o que poderia ser solucionado com uma assistência técnica eficiente e de acordo com a realidade quilombola que é muito diferente de como se dá em assentamentos rurais, conforme já foi discutido nesse relatório. Outro fator que os entrevistados pediram atenção é sobre a assiduidade da assistência técnica, pois ela não existe. Passou a fazer parte de um jogo de siglas sem efetividade. Na região do Vale do Ribeira houve relatos que a gestão do INCRA de 2003-2011 apontou uma assistência técnica propositiva e que realizava atuações nas produções da terra, porém durou pouco tempo.

### **Por uma conclusão**

Para finalizar, pode-se dizer que as comunidades quilombolas, assim como os índios, tradicionalmente praticam uma agricultura baseada na coivara – prática

agrícola que combina a abertura de clareiras na mata, cultivo e colheita, seguida de queimada para estimular a regeneração do ambiente e pousio. Ao longo de gerações tais grupos populacionais vêm mantendo seus modos de vida, materializados na forma como produzem, se alimentam, se relacionam entre si e com a natureza. A terra, para além de seu significado econômico, representa o principal elemento para a reprodução da vida material e imaterial dessas populações.

Em contraposição a um modo de vida secular, a legislação ambiental brasileira regulamenta e assegura as ações dos órgãos ambientais, que na totalidade dos casos, como relatado pelos entrevistados durante a pesquisa de campo, assumem uma postura policial e punitiva diante dos quilombolas.

Ao tratar dos conflitos territoriais envolvendo comunidades quilombolas que abrigam Unidades de Conservação em fragmentos de Mata Atlântica, Rezende-Silva (2009) explica que a racionalidade econômica originou processos de degradação ambiental que levaram ao que hoje conhecemos por "crise ambiental", que nada mais é do que o reconhecimento de que o ambiente como suporte e condição para existência da vida está ameaçado por um processo de produção baseado na idéia de natureza inesgotável e infinita. Dentro desta lógica surgiu a idéia de preservação de "parcelas" da natureza aceleradamente apropriada e transformada. Contudo, a simples reserva de áreas de natureza "intocável" não foi suficiente, há nesta estratégia problemas de concepção e de gestão que devem ser revistos à luz de novos princípios de gestão ambiental e de democracia participativa, pois os problemas ambientais estão em grande medida vinculados aos problemas sociais (LEFF, 2001; GONÇALVES, 2000; ALIER, 1998).

Corroborando com outros autores (DIEGUES, 1994; ARRUDA, 2000; GHIMIRE, 2000; BENSUSAN, 2006) a autora analisa que quando uma área é definida como prioritária para preservação ou conservação quase nunca há o questionamento de porque tal trecho de natureza foi preservado. Em geral, se resiste à idéia de que a alta biodiversidade ou o bom estado de conservação de muitas áreas está relacionado à presença de populações tradicionais, sendo estas, via de regra, expulsas ou marginalizadas dentro da nova territorialidade que lhes é imposta.

Nesse sentido, seria coerente considerar os aspectos socioculturais que orientam as formas de exploração da natureza feitas pelas populações tradicionais, que historicamente não se apresentam antagônicas à conservação dos recursos naturais.

O Litoral Norte do Estado de São Paulo (Vale do Paraíba), reconhecido

pelas áreas de matas conservadas associadas à beleza do oceano, também se torna cenário de conflitos territoriais envolvendo populações tradicionais, nesse caso não somente os quilombolas, mas também os caiçaras.

Mais uma vez, o modo de vida dessas populações passa a ser considerado devastador e comprometedor da biodiversidade e dos recursos naturais. Na luta pelo reconhecimento e titulação do território, as comunidades passam a enfrentar conflitos semelhantes aos vividos pelas comunidades do Vale do Ribeira, quando suas terras sobrepõem as UC, entre outros, quando o território passa a ser alvo de especulação imobiliária, para a construção, sobretudo, de condomínios de luxo.

No caso do Sudoeste do Estado, os conflitos vividos pelas comunidades quilombolas permeiam o padrão fundiário rural-urbano da região que, ao longo dos anos, foi sendo caracterizado pelo avanço das áreas urbanas sobre as rurais. Aqui, as comunidades quilombolas tiveram seus territórios ocupados pelas cidades, gerando conflitos tanto com os proprietários de terras, quanto com o poder municipal.

A luta pela terra no Estado de São Paulo coloca em questão interesses distintos, manifestados nas ações dos quilombolas, dos caiçaras, dos sem-terra, dos bóias-frias (e de tantos outros trabalhadores rurais), dos proprietários de terras e especuladores imobiliários e fundiários (nacionais e estrangeiros), e do Estado brasileiro.

A titulação dos territórios quilombolas se coloca como obstáculo para a circulação do grande capital e para o domínio sobre a propriedade fundiária (urbana e rural). Nesse contexto, o Estado, responsável pela implementação das políticas fundiárias e, ao mesmo tempo, "braço forte" do capital, altera (no limite inferior) os padrões fundiários historicamente construídos no país.

Nesse sentido, o controverso tema dos quilombos travado à luz da territorialidade e do desenvolvimento socioeconômico, permanece às escuras por revelar que o conflito repousa essencialmente sobre o antagonismo entre dois projetos de sociedade - um baseado na valorização do ser humano e da natureza, respeitando e estimulando a sociodiversidade e a biodiversidade; e outro, baseado na concentração do capital, em detrimento da sociodiversidade e da biodiversidade dos ecossistemas.

Ao não serem titulados, os quilombolas deixam de comprovar a posse da terra, tendo seu direito mais uma vez relegado. Os conflitos territoriais passam a se intensificar, o acesso às políticas sociais, agrícolas e agrárias se torna restrito, além de limitações ao acesso a outras políticas públicas. A permanência na terra

se torna cada vez mais difícil, o que coloca em questão a reprodução do modo de vida quilombola em seus aspectos produtivo, socioeconômico e cultural-religioso.

Atualmente, o INCRA/SR08 conta com a instauração de cinquenta processos administrativos para a regularização de territórios quilombolas, sejam aqueles para retirada de posseiros não pertencentes ao grupo étnico (denominados "terceiros" pelos quilombolas), seja para reconhecimento e delimitação das terras e para a titulação. Segundo relato de técnicos responsáveis pelo acompanhamento de tais processos, os recursos humanos e financeiros são insuficientes para atender tal demanda num espaço de tempo que poderia ser considerado razoável.

A titulação da terra, de acordo com os resultados obtidos a partir dessa pesquisa, é o principal bloqueio a ser resolvido junto às comunidades quilombolas, e também se apresenta como o principal entrave para o desenvolvimento das mesmas.

No entanto, pensar o desenvolvimento das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo está para além de garantir somente a titulação das terras, requer, sobretudo, uma reorientação política das ações do Estado voltadas para o desenvolvimento do campo, pautadas por novas racionalidades econômicas, pela reordenação do padrão fundiário, pelo fortalecimento das populações tradicionais, dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e por formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.

Nesse sentido, concluímos a pesquisa afirmando que as populações quilombolas, assim como outros segmentos das populações tradicionais do Estado de São Paulo, que historicamente vêm travando a luta pela permanência no território, são importantes atores para o processo de desenvolvimento dessas regiões, consideradas equivocadamente como áreas de expansão. As estratégias familiares e coletivas por elas adotadas frente aos conflitos territoriais, algumas vezes em detrimento do seu modo de vida, não se apresentam como uma ameaça à manutenção da biodiversidade dos territórios por tais populações ocupados. A luta dos quilombolas pela permanência em seus territórios é legítima e, portanto, deve ser um direito garantido pelo Estado brasileiro.

## **Referências**

**Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.** Editores: Kátia M. Pacheco dos Santos; Nilton Tatto. Instituto Socioambiental, 2008.

ALIER, Joan Martínez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. Da FURB, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **As Populações remanescentes de Quilombos: Direitos do Passado ou Garantia para o Futuro?** Texto apresentado no Seminário Internacional "As Minorias e o Direito" realizado no STJ de 11 a 13 de setembro de 2001 e publicado no Caderno nº 24 do CEJ - Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica**. Texto apresentado no encontro da Associação Brasileira de Antropologia. Mimeo, 1998.

ANDRADE, Lúcia; TRECCANI, Girolamo. Terra de Quilombo. Mimeo. jan. de 1999, p.47

ANDRADE, Tânia; PEREIRA, Carlos Alberto Claro; ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira (Editores.). As comunidades negras de Maria Rosa, Pilões, Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Nhunguara, Anadré Lopes e Sapatu como Remanescentes de Quilombo. **Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território**. São Paulo. 2 ed. Itesp: Páginas & Letras. 2000.

ARRUDA, Rinaldo S. V.. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Nupaub/Annablume/Hucitec, 2000.

ARRUTI, José Mauricio. Quilombos. Apud PINHO, O. e SANSONE, L. (org) **Raça, novas perspectivas antropológicas**. Campinas. Ed. EDUFBA, UNICAMP e ABA, 2008.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. São Paulo: Editora FGV, 2006.

BRANDÃO, André; DALT, Salette da; GOUVEIA, Victor Hugo.

**Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas públicas.** Niterói, EdUFF, 2010.

CARRIL, Lourdes de Fátima B. 1995. **Terras de negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência.** São Paulo: FFLCH/USP, dissertação de mestrado. Contexto, 2000.

CERQUEIRA, Beatriz Westin. Um estudo sobre a escravidão em Ubatuba. **Estudos Históricos.** Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Número 5. Dezembro/1966.

GHIMIRE, Krishna; PIMBERT, Michel (Orgs.). **Social change & conservation: environmental politics and impacts of national parks and protected areas.** Reino Unido: UNRISD, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: Terra e População,** São Paulo. CEDHAL. 1986.

MUNARI, Lucia Chamlian. **Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local.** Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-07032010-134736/pt-br.php> > . Acessado em: 11 de jan. de 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização?. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, n.10, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Antropologia Social, mai. de 1999.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** Disponível em: < <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/> >

especial/sete-teses-sobre-a-agricultura-camponesa/at\_download/article\_pdf>  
. Acessado em: 8 de jan. 2012.

REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na mata atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

RTC do Quilombo de Cambury, Caçandoca e Cazanga - ITESP. Disponíveis em:< [http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assitencia\\_quilombos.aspx](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assitencia_quilombos.aspx)> . Acessado em: 25 de jan., de 2012.

DORIA, Sigila Zambrotti. **O estado brasileiro frente à diversidade social que reconhece**: o caso da comunidade remanescente de quilombo do Rio das Rãs. São Paulo. ABA/UNICAMP, 1996.